

# Galvêas revela conteúdo da nova carta

Ao anunciar, ontem, que o Fundo Monetário Internacional (FMI) concedeu waiver (perdão) ao Brasil pelas metas não cumpridas no ano passado, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, antecipou trechos da nova carta de intenções (a quinta). Nela, o governo brasileiro explica os estouros do ano passado, promete obter superávit de US\$ 1 bilhão nas contas externas e manter o arrocho creditício para assegurar o cumprimento da meta de 50% da expansão da base monetária e dos meios de pagamentos.

Galvêas sustentou que o governo não vai ceder com relação à política monetária e por isso a inflação "tem que vir para o nível dessa expansão (50%), e virá". Ele lamentou que o governo não possa promover uma desindexação da economia, que só poderia ser feita "se houvesse sustentação política para uma reforma de profundidade", e reiterou que "por isso temos que nos conformar com a política gradual de combate à inflação que vem sendo praticada".

O ministro da Fazenda criticou o protecionismo norte-americano, insistindo em que os EUA estão tratando injustamente as importações brasileiras. E denunciou que a economia daquele país está se recuperando às custas do resto do mundo, inclusive o Brasil, considerando esse o aspecto mais grave da crise econômica mundial.

Essas afirmações foram feitas pelo ministro da Fazenda, em entrevista telefônica, no Rio, onde se encontra, transmitida ao seu porta-voz, Pedro Luis Rodrigues, no começo da noite. Eis a entrevista na íntegra:

**P — Ministro, há alguma novidade em relação ao FMI?**

**EG —** Temos uma novidade muito boa. Hoje, dia 9, reuniu-se a diretoria do FMI para examinar nossa solicitação de "waiver" com relação ao exercício encerrado em 1983, e a solicitação brasileira foi aprovada pela diretoria, de modo que a questão do "waiver" está liquidada.

**P — O que isso significa para o Brasil, em termos práticos?**

**EG —** Em termos práticos, significa que nós já podemos sacar do FMI, no dia 15 de março, a primeira tranche de 1984 — cerca de 400 milhões de dólares.

**P — E com relação à carta de intenções?**

**EG —** A carta de intenções está sendo ultimada e provavelmente será enviada ao gerente-geral do Fundo na próxima semana. Simultaneamente, ela será também encaminhada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

## Carta de intenções

**P — Alguma novidade na carta? Há inovações em relação ao programa apresentado ao Fundo, em 1983?**

**EG —** Não. A carta não inova. A carta é, eu diria, a mais descritiva. O programa continua o mesmo apresentado inicialmente ao Fundo Monetário. A carta faz referência ao programa aprovado pelo FMI em 28/2/83. A carta vai ter mais ou menos 14 ou 15 páginas, e basicamente descreve as coisas que aconteceram no Brasil à economia brasileira nesse período de aprovação do programa até o final de 1983. A carta se inicia reiterando que os objetivos do programa são a estabilidade interna e a externa, o fortalecimento do balanço de pagamentos, e, em curto prazo, reduzir os desequilíbrios internos e externos; a médio prazo, produzir mudanças estruturais que permitam o retorno às taxas elevadas e sustentáveis de crescimento e de emprego. A carta faz, depois, uma referência aos fatores que afetaram adversamente a economia brasileira, em 1983, e como é que o Brasil superou essas dificuldades. Descreve as medidas de ajustamento no balanço de pagamentos. Saímos de um déficit de cerca de US\$ 15 bilhões, em 1982, para um déficit de menos de US\$ 7 bilhões, em 1983. Grande parte desse resultado foi consequência do superávit de US\$ 6,5 bilhões que o Brasil conseguiu apresentar na sua balança comercial, em 1983. A carta também se refere, detalhadamente, às medidas e aos resultados nas áreas de políticas fiscal e monetária; mostra que, realmente, depois de se ter tido déficit de quase 6% no setor público em 1982, houve redução para 2,5% em 1983, e reafirma a intenção do governo brasileiro de continuar nesse sentido, para alcançar um ligeiro superávit, de 0,3% em 1984. Na área do governo federal, o déficit operacional foi eliminado. Nas empresas estatais o déficit ficou, em termos de produto nacional, cerca de 1,9% e mais ou menos 1,3% nas áreas dos Estados e



municípios. No final de 84, esses resultados serão 1,2% e zero, respectivamente. Na área fiscal, foram cumpridos os objetivos. Na área monetária, tanto em relação à expansão da base monetária quanto dos meios de pagamentos, estivemos muito próximos à meta dos 90%, o que foi um resultado muito satisfatório e com isso reafirmamos, nessa nova carta, a intenção de manter uma política monetária de rigoroso controle de expansão de crédito para chegar ao final do ano com um resultado de 50% de expansão dos meios de pagamentos e base monetária. A carta, então, prossegue mostrando as medidas que foram adotadas pela economia brasileira: a eliminação de subsídios, os propósitos da liberação do comércio exterior, o compromisso de manter a correção monetária e a taxa cambial evoluindo em compasso com a taxa de inflação medida pelo IGP ajustado. Esses resultados gerais foram revisados em função do não-desembolso de US\$ 3 bilhões pelos bancos comerciais, em dezembro de 1983. Por isso, vários parâmetros foram ajustados, como as reservas internacionais, a dívida externa e o crédito interno líquido das autoridades monetárias. Em função dos resultados obtidos e da firmeza com que continuarão sendo administradas as políticas monetária e fiscal, o governo reafirma na carta a intenção de obter um superávit de US\$ 1 bilhão nos dois anos combinados (83/84) e, dessa forma, caminhar na direção de reduzir a dependência da economia brasileira aos empréstimos internacionais.

**P — Ministro, apresentada a carta ao FMI, o que se pode esperar daí para a frente?**

**EG —** A carta realmente não tem maiores implicações com a continuidade dos desembolsos, porque ela vai dar ensejo a que se fixe e se especifique os parâmetros das políticas fiscal e monetária para 30 de junho de setembro de 84 e 30. Isso será detalhado pelo Departamento Técnico do FMI, de acordo com as informações prestadas pelas autoridades brasileiras. A carta deverá ser apreciada pela diretoria do Fundo talvez somente no mês de abril. Até lá, não haverá implicação em relação ao cumprimento das metas especificadas no programa.

**P — Então, antes de junho deve haver uma nova missão do Fundo, para checar os resultados desse período?**

**EG —** Não. Ainda que continuemos em estreito contato com o Departamento Técnico e o gerente geral do Fundo, uma missão do FMI só deverá estar de volta ao Brasil para exame do programa, uma missão completa, no mês de agosto.

**P — E a inflação de fevereiro? Foi alta e não vai comprometer a promessa de redução inflacionária em 1984? O sr. acredita que a inflação vai cair?**

**EG —** A inflação não caiu ainda, mas vai cair. O governo está eliminando as causas básicas da inflação — o déficit público, os subsídios ao consumo e a expansão creditícia gerada pelo crédito subsidiado. É verdade que o processo inflacionário continua realimentado pelos reajustamentos automáticos de preços críticos — taxa de câmbio e salários — e dos preços básicos, como energia, aço e transportes. Mas essa realimentação não cria inflação nova, apenas torna mais lenta o seu declínio. A elevação da inflação nos últimos seis ou oito meses ou foi gerada por choques de oferta, como a quebra das safras agrícolas, ou foi gerada espontaneamente, através da remarcação automática dos preços.

## Desindexação

**P — E aí entraria a idéia de uma desindexação da economia?**

**EG —** Se os preços sobem espontaneamente, pela remarcação derivada das expectativas de infla-

ção, as autoridades monetárias não têm outra alternativa senão resistir para não homologar a alta de preços. A desindexação seria uma solução global se houvesse sustentação política para uma reforma de profundidade. No momento, a idéia fica apenas como uma solução ideal, mas politicamente inviável. Por isso mesmo, temos que nos conformar com a política gradual de combate à inflação que vem sendo praticada. Essa é a razão básica do esforço que se realiza para a contenção dos meios de pagamentos e da base monetária.

**P — Mas como a economia vai se ajustar a isso se a expansão do crédito é menor que a taxa de inflação?**

**EG —** Na medida em que sobem os preços e não sobem os meios de pagamentos, a tendência é continuar a comunidade como um todo, solicitando mais ampliação do crédito, o que não consegue em função da contenção dos meios de pagamentos. O setor econômico força a demanda de crédito e com isso eleva a taxa de juros. O aumento na taxa aumenta a velocidade de circulação da moeda, com o que cria uma liquidez adicional que alimenta temporariamente as necessidades da economia. Mas o alto custo das elevadas taxas de juros para financiar o capital de giro transmite-se ao setor de investimentos. Os novos investimentos são repressados — todo o crédito é orientado no sentido de financiar o capital de giro. A elevação das taxas de juros e a alta de preços acima dos reajustes salariais tem também como consequência a redução da demanda para consumo, o que acaba, de alguma forma, reduzindo o nível das atividades econômicas, desestimulando ainda mais os novos investimentos. Daí a conclusão: ou caem os preços, ou reduz-se a produção e o emprego.

**P — Isso quer dizer que só através da recessão econômica é que espera o governo reduzir a inflação?**

**EG —** Não. O governo espera que cada empresário, que cada consumidor acabe se dando conta que esse é um processo perverso e comecem a resistir às altas de preços. É preciso que a comunidade como um todo acredite que os preços vão crescer menos e que a inflação vai cair. Como as autoridades monetárias não vão ceder com relação à política monetária, a inflação tem que vir para o nível dessa expansão, e virá.

Os empresários vão acabar se dando conta de que esse é o caminho que vai ser seguido no ano de 1984.

## Tratamento injusto

**P — Os resultados da balança comercial de fevereiro foram excepcionais. O sr. acredita que esses resultados possam ser comprometidos pelas restrições que vêm sendo impostas pelas autoridades americanas às nossas exportações, principalmente de aço?**

**EG —** Não. Acho que os EUA estão tratando injustamente as importações brasileiras, mas temos alternativas. Estamos procurando mercados novos para substituir o mercado americano, principalmente na área de produtos siderúrgicos. Conforme nós fomos abrindo novos mercados — na América Latina, na Ásia, China, principalmente — podemos compensar qualquer prejuízo eventual que venha a ocorrer em função do protecionismo ditado pelas autoridades americanas.

**P — Em termos mais amplos, de retomada do crescimento internacional, como o sr. vê a tendência em 1984? Por que a economia americana está crescendo e a economia brasileira não está acompanhando?**

**EG —** São muitas razões, e demandariam uma explicação mais longa. Mas, em resumo, creio que o crescimento da economia americana é consequência da transferência de capital que está recebendo do Exterior. Os EUA são, hoje, importadores de capital. Isso ajuda a financiar suas atividades econômicas, a complementar as poupanças internas para aumentar o nível de investimentos. Por isso a economia americana voltou a crescer. Por isso, no Brasil, como de resto em todos os outros países, exceto o Japão, está acontecendo o contrário. Há uma fuga evidente de capitais. Paradoxalmente, esse é o aspecto mais grave da crise econômica mundial; é que os países em desenvolvimento se transformaram em exportadores de capital. A conclusão desse processo é que os EUA estão crescendo às custas do resto do mundo, inclusive o Brasil. É por isso que eu reafirmo que o tratamento que os EUA vêm dando às importações brasileiras é injusto.